

ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR NO SUL DO AMAZONAS

Jusciléia Florêncio do Santos ¹
Maria Isabel Alonso Alves ²

RESUMO

Trata-se de um recorte do resultado de Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Amazonas entre 2018 e 2019, cujo objetivo foi investigar a forma como se narram as mulheres/estudantes negras que estão na Universidade Federal do Amazonas, Unidade de Humaitá – UFAM/IEAA sobre suas identidades e diferenças, levando em consideração as questões de gênero. Os aspectos metodológicos estão amparados na pesquisa qualitativa em educação (LUDQUE e ANDRÉ, 2013), com vistas na entrevista narrativa (SILVEIRA, 2007). Destacamos Woodward (2013), Queiroz (2004) Dantas (2004) e Silva (2013), entre outros autores e autoras que deram apoio para as discussões teóricas. Os resultados apontam que, apesar de existirem políticas públicas afirmativas de cotas, as estudantes negras do IEAA resistem em fazer uso desse direito ao acesso ao nível superior, por ser, este canal de acesso à universidade, visto socialmente de forma preconceituosa. Ao optarem pela concorrência ampla de vagas no IEAA, estas estudantes mostram certa resistência e empoderamento da mulher negra, permitindo que estas se coloquem em um patamar de igualdade no acesso ao curso superior público, narrado pelas mesmas, como motivo de orgulho. Quanto à presença e permanência destas na universidade, as narrativas mostram a necessidade urgente que se tem, de inserir na sociedade atual, uma quantidade ainda maior de negros, em especial, de mulheres negras formadas, instruídas, capacitadas e críticas, para ajudar na transformação de outras mulheres que se deixam levar por concepções errôneas a respeito de sua identidade e aceitação, a respeito de ser negra.

Palavras-chave: Mulher/Estudante Negra, Ensino Superior, Identidade/Diferença.

INTRODUÇÃO

A formação no ensino superior, historicamente no Brasil tem sido um espaço pouco destinado à população afrodescendente. Entender como se dá o processo de produção da identidade/diferença da mulher/estudante negra no interior das práticas acadêmicas produzidas no âmbito do IEAA é um dos objetivos neste estudo. Levando em consideração os dados levantados através do I|BGE (2010; 2017), coordenação acadêmica, questionários de autoidentificação e fundamentação teórica produzida, podemos ressaltar que a situação do

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas – IEAA/UFAM, juscilea96@gmail.com;

² Professora do Curso de Pedagogia do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas – IEAA/UFAM; isabelalonsojp@gmail.com

negro de modo geral no Brasil, caminha a passos lentos, pois ainda nos dias atuais sofre todo tipo de barbárie e discriminação por conta da herança cultural colonizatória, que faz da trajetória do negro em busca de formação formal, profissional e realização pessoal, um percurso árduo, onde somente a certeza da desigualdade impera sobre a conveniência da incerteza de dias justos e melhores.

Em se tratando especificamente sobre o caso da mulher, sua identidade/diferença com relação ao gênero, a situação é considerada alarmante tendo em vista o efeito do patriarcalismo colonial que, desde o início da civilização humana tem incumbindo a mulher ao papel de subserviente, tornando a jornada da mulher negra ainda mais dolorosa, como se não bastasse ser estigmatizada pelo fato de ser do gênero feminino, ainda tem que carregar consigo uma herança cultural que lhe foi imposta pela condição étnico racial, a qual perpassa pela construção da sua identidade, e de sua persistência em busca de formação e realização pessoal e profissional.

Levando em consideração tais apontamentos, a pesquisa se pautou nos seguintes questionamentos: Quem são as mulheres negras que estão na universidade? Que narrativas estas mulheres/estudantes do IEAA trazem a respeito de suas identidades? Como se deu o acesso e permanência ao longo do percurso acadêmico dessas mulheres?

Para responder as questões levantadas, o campo teórico assumido nesta proposta de investigação tem como base autores que discutem questões de identidade/diferença e gênero e serão potencialmente sistematizados e articulados com os dados da investigação. São conceitos que ajudam a pensar a forma como os sujeitos se produzem ou são produzidos em meio às relações socioculturais em que estão inseridos, no caso desta pesquisa, as mulheres/estudantes negras no contexto da universidade. Para discutir identidade/diferença buscamos apoio em Hall (1998), Woodward (2013), Silva (2013). Sobre gênero trazemos Louro (1997), Diniz (2014) e Felipe (2012).

Considerando as características do estudo mencionado, julgamos adequada a abordagem qualitativa numa perspectiva metodológica apontada por Ludke e André (2013), levando em consideração que esse tipo de pesquisa busca formular hipóteses, abstrações e visa descoberta de novos conceitos, relações e entendimentos da realidade. Pressupõe, também, uma *descrição cultural* na medida em que envolve técnicas utilizadas para produzir dados sobre valores, hábitos, crenças e comportamento de um grupo social.

Ludke e André (2013) caracterizam a pesquisa qualitativa, como sendo um estudo que valoriza o processo e não o produto; os eventos, as pessoas, as situações são observadas em sua manifestação natural; o período de tempo depende da disponibilidade do pesquisador ou

pesquisadora, da aceitação do grupo e da experiência em trabalho de campo; faz-se uso de o levantamento de dados descritivos: situações, pessoas, ambientes, depoimentos, diálogos que poderão ser apresentados posteriormente por meio de reconstituições ou transcrições literais. A pesquisa ora proposta também tem o emprego de entrevista narrativa, tendo como principal recurso, os relatos orais das mulheres/estudantes negras que aceitaram participar da pesquisa.

Cabe destacar que participaram da pesquisa seis mulheres/estudantes as quais tiveram a total garantia do anonimato, para tanto, estas foram nomeadas neste artigo como EN (sigla que refere-se a Estudante Negra), seguida de numeração em ordem arábica, referindo-se a ordem das entrevistas realizadas. O quadro abaixo apresenta o perfil destas estudantes.

Quadro 1: Perfil das estudantes negras entrevistadas

| Entrevistadas | Idade | Estado Civil | Atividade Profissional | Curso | Período |
|---------------|---------|--------------|------------------------|-------------------------|---------|
| EN:1 | 20 anos | Solteira | Desempregada | Biologia e Química | 4º |
| EN:2 | 24 anos | Solteira | Desempregada | Letras/Português/Inglês | 6º |
| EN:3 | 23 anos | Solteira | Voluntária | Pedagogia | 8º |
| EN:4 | 25 anos | Solteira | Desempregada | Agronomia | 12º |
| EN:5 | 35 anos | Casada | Desempregada | Matemática/física | 6º |
| EN:6 | 19 anos | Solteira | Desempregada | Engenharia Ambiental | 2º |

Fonte: Informações retiradas das entrevistas gravadas e transcritas, disponíveis nos arquivos pessoais das autoras.

Cabe mencionar que as discentes que participaram da pesquisa encontravam-se matriculadas na etapa da produção dos dados desta pesquisa, sendo, uma em cada um dos cursos ofertados pelo IEAA. Ainda com relação às participantes da pesquisa, destaca-se que estas participaram do levantamento inicial da pesquisa, no qual indicaram o reconhecimento da identidade negra e do gênero feminino.

Outra técnica a ser utilizada é a análise documental, técnica que considera fontes de ordem bibliográfica ou consultas de documentos locais disponibilizado pelo IEAA ou mesmo pelas participantes da pesquisa. Os principais documentos que serão analisados são os seguintes: Projeto Pedagógico dos Cursos do IEAA, dados com perfil sociodemográfico dos alunos matriculados no IEAA, histórico de criação do IEAA e/ou da UFAM, histórico de programas assistenciais ou políticas afirmativas do IEAA.

Levando em consideração que o Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente/Campus vale do Rio Madeira oferece seis cursos, sendo quatro de licenciatura e dois de bacharelado e que o foco desta pesquisa foi investigar sobre a presença das mulheres

negras no âmbito do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA/UFAM), cabe mencionar que as discentes que participaram da pesquisa estavam matriculadas, na etapa da produção dos dados desta pesquisa, cada uma em um dos cursos ofertados pelo IEAA. Ainda com relação às participantes da pesquisa, destaca-se que estas participaram do levantamento inicial da pesquisa, no qual indicaram o reconhecimento da identidade negra, e se reconheceram do gênero feminino.

A história da colonização brasileira: uma herança cultural discriminatória para a população negra

A história oficial conta que no Brasil não há mais escravidão desde 13 de maio de 1888, ou seja, a mais de cem anos a escravidão foi ‘extinta’ do país, porém, os negros ainda sofrem com os resquícios da colonização a eles posta. É comum presenciar cenas cotidianas, inclusive nas universidades, de pessoas negras sofrendo todo tipo de discriminação simplesmente pelo fato de ter sua cor de pele mais escura. Nem mesmo a legislação vigente consegue fazer valer os direitos da população negra frente ao colonialismo existente.

Entretanto, a maneira pela qual o negro, em especial a mulher negra, é visto pela sociedade está impregnada pela herança cultural discriminatória, tornando suas jornadas em busca de formação acadêmica e profissional embaraçosa diante de ações e atitudes de discriminação nos diversos âmbitos sociais, inclusive nas universidades. É comum ouvir relatos de mulheres negras a respeito da situação de discriminação ao tentarem adentrar o mercado de trabalho e/ou outros meios sociais, uma vez que os discursos são, em grande maioria, desfavoráveis em função do gênero, da raça/etnia e da aparência.

Em 2011³ os dados do IBGE mostram uma estimativa de 9% de mulheres negras entre 18 e 24 anos inseridas em cursos universitários, sendo que, entre as brancas da mesma idade, esse número sobe para 25,6%. Com base nos dados mostrados, podemos inferir que há um número pequeno de negras inseridas no ensino superior brasileiro. Tais dados foram atualizados em 2017, onde o IBGE aponta uma estimativa de 51,5% de brancos que possuíam o ensino médio completo ingressaram no ensino superior, entretanto, no mesmo período, a proporção de negros e negras universitárias era de 33,4%. A estimativa do IBGE, publicada⁴ em 2017, aponta para um considerável aumento da população negra no ensino superior,

³Informações disponíveis em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>.

⁴Informações disponíveis em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23300-taxa-de-acesso-ao-nivel-superior-e-maior-entre-alunos-da-rede-privada>.

porém, há de se considerar que mesmo com o aumento de vagas garantidas pela lei de cotas, a quantidade de negros e negras no ensino superior ainda é menor em relação aos brancos.

Embora seja fundamental o acesso da população negra nas Universidades, muitos fatores podem influenciar para o abandono do curso, além da jornada dupla, trabalhar e estudar, o que é realidade para as jovens negras, que em maioria vem das classes menos abastadas, além disso, o ambiente da universidade muitas vezes se torna opressor a essas estudantes, pois suas culturas, de modo geral, não são aceitas, além de serem criticadas e estereotipadas por sua cor, acabam sofrendo assédio moral nas universidades, como mostram, no tópico dos resultados, os relatos das colaboradoras deste estudo.

A identidade/diferença entrelaçada às questões de gênero de mulheres/estudantes negras é um tema pouco explorado em pesquisas acadêmicas no âmbito do IEAA, e diante disso, esse trabalho buscou investigar junto às estudantes negras do IEAA/UFAM, que são e como se narram estas mulheres frente o processo formativo universitário. A identidade/diferença é aqui entendida como análoga aos líquidos, instável, fluída, passível a transformações, produzidas e ressignificadas no interior das práticas culturais (BAUMAN, 2005). Identidade/ diferença são conceitos que possibilitam a constituição do sujeito a partir das suas relações sociais e culturais de modo que estão aptos a resinificarem-se constantemente seus gostos, modos de vida, tradições, enfim, sua identidade em contraste com o outro, com o diferente (WOODWARD, 2013), nesta visão, é possível inferir que a constuição da identidade dos sujeitos depende do reconhecimento da diferença entre o sujeito e o “outro”, e esse outro “é o outro gênero, o outro é a cor, o outro é a raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, 2013, p. 97).

O conceito de gênero aqui discutido tem como base os apontamentos de Dinis (2008) para quem as primeiras discussões sobre as relações de gênero no âmbito da academia, ocorreram por volta dos anos de 1970, período em que os movimentos sociais, em especial os grupos feministas, passaram a denunciar a exclusão de suas representações de mundo nos espaços escolares e nos programas das instituições de ensino. Também levando em consideração o conceito de gênero, Louro (1997, p. 23) esclarece que a importância do mesmo se dá porque tal conceito “obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando”. Tal conceito busca “ênfaticamente e problematizar a construção história, social e cultural dos comportamentos de homens e mulheres, fugindo assim, das explicações que remetem a uma ‘essência’, que justificaria os comportamentos masculinos e femininos, muitas vezes tidos como diametralmente opostos” (FELIPE, 2012, p. 221).

Acesso e permanência das estudantes negras no IEAA

Como antes anunciado, os dados analisados a respeito da quantidade de acesso de estudantes negros e negras matriculados no IEAA entre 2006 a 2018 foram disponibilizados pela coordenação acadêmica do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA/UFAM. Os dados mostraram que o ingresso das mulheres na universidade tem sobressaído com relação ao ingresso dos homens no campus do IEAA.

Figura 1: Mostra de alunos e alunas negras e negros autodeclarados e não declarados no IEAA de 2006 a 2018



Fonte: Dados organizados pela autora de acordo com as informações disponibilizadas pela Coordenação acadêmica do IEAA em 2018.

A lei de cotas dá igualmente direitos aos estes três tipos de raças citadas, deixando para as Universidades Federais, diferenciar a porcentagem ou critério de inserção apenas dos povos indígenas, desde que não ultrapasse a quantidade mencionada. Isso remete entender que há uma maior ocupação das vagas ofertadas nas políticas públicas afirmativas por parte dos homens, o que leva a pensar que estes estão sabendo de alguma forma usufruir melhor da disponibilidade das cotas, que teve iniciado a partir do ano de 2013 pela lei 12.711/2012, que foi sancionada pelo Decreto nº 784/2012, inserida com o mínimo de 12,5% de suas vagas destinadas aos cotistas, das quais os quatro anos seguintes, adotou um sistema gradual até que se alcançasse uma porcentagem de 50% de cotistas. O que propunha a lei, era que os outros 50% fossem destinados à ampla concorrência dentro critérios e das normas já estabelecidas, sendo as cotas divididas por cor, ter estudado em escolas públicas e condições econômicas.

Percebe-se, entre os discentes autodeclarados negros e negras no IEAA, uma quantidade de homens autodeclarados superior em relação às mulheres autodeclaradas. Isso nos leva a refletir o que o colonialismo ainda está presente e interfere nas relações sociais, acentuando os binarismos entre os gêneros na universidade. Compreendemos que, nesse contexto, “as tarefas masculinas e femininas são assinaladas pela relação binária, ou seja, tarefas e afazeres são atribuídos de formas diferentes conforme cada gênero. Para a mulher, designavam-se os cuidados com a gestão da casa e cuidado com as/os filhas/os” (CARDOSO; LEITE, 2018, p. 215). Partindo do pensamento que a mulher possui diversos impedimentos históricos, culturais e sociais, entende-se que a mulher/negra possui uma resistência a aceitar a si mesma frente aos “papéis” a ela impostos. Podemos ver melhor nos relatos das entrevistadas que se autodeclararam negras perante a universidade e mesmo assim não se beneficiaram do sistema de cotas disponíveis e entraram na universidade via ampla concorrência;

Eu fiz três anos de processo seletivo contínuo (PSC) durante três anos, cada ano você faz uma prova, e eu passei pela ampla concorrência, não foi por cota (EN1).

O meu acesso foi pelo vestibular do PSI que é processo seletivo do interior, mais foi por cota, fui eu quem fez a inscrição (EN2).

O acesso geral mesmo, eu tentei duas vezes uma pelo PSC e outra pelo o ENEM, eu joguei muito alto, por que eu queria fisioterapia e tentei para Manaus, talvez se eu tivesse tentado para Coari talvez eu tivesse passado, e pelo ENEM eu entrei pela ampla concorrência, e como na época eu não entendia o que era cotas, e até hoje cota acho que é um assunto bem amplo para a gente discutir um pouco, por que o que é cotas? Recém saída do ensino médio e já pulando para o ensino superior, o que eu sabia era o que eu ouvia das pessoas, que a cota era só para quem era privilegiado, totalmente uma distorção do que ela é, do que a gente comenta hoje (EN3)

Eu ingressei aqui pelo PSC, por ampla concorrência (EN4).

Eu entrei pelo Macro Verão, tinha lá as cotas, eu coloquei negra mesmo, mas concorri pela ampla concorrência mesmo, por que eu não sou diferente de ninguém, então eu entrei pela ampla concorrência (EN5).

Então, eu entrei por ampla concorrência, eu fiz as três etapas do PSC e consegui uma boa nota e entrei (EN6).

Percebe-se que mesmo concorrendo a processos iguais, cada uma justifica os motivos que as levaram não ter escolhido acessar a universidade pelo sistema de cotas. Isso nos leva a entender que há um preconceito velado sobre os negros e negros que optam pelo sistema de cotas, ou que falta de informação a respeito. Sobre ser negra e não optar pelo sistema de cotas, as falas das entrevistadas mostram resistência das mesmas frente as desigualdades

sociais, ou seja, mostrar que são negras, apesar dos preconceitos que sofrem em função da cor, é importante para autoestima destas discentes. É uma forma de mostrar sua identidade negra (diferença autodeclarada, apesar de menores índices que dos homens no IEAA) e se afirmem “iguais” em suas capacidades no obter o acesso à universidade.

A forma colonialista (machista e patriarcal) que põe a mulher em uma situação de inferioridade pode afetar a o modo que estas assumem sua identidade étnica e racial. Muitas vezes as mulheres/estudantes negras estão submetidas à ideia de que lugar de mulher é servindo a família, ao marido e aos filhos, o que impede as mesmas de se manterem estudantes/universitária. Lembrando também que muitas deixam de estudar para prover sustento de suas famílias, ou quando não são impendidas por quem deveria incentivá-las, e muitas vezes, algumas desistem da formação acadêmica por falta de recursos financeiros e/ou outros motivos, geralmente de ordem familiar. Buscamos apoio em Louro (1997) para entender os “papeis” atribuídos socialmente às mulheres.

Louro (1997, p. 07) afirma, ao discutir um questionamento de um jornal americano que tenta mostrar que o crescimento da obesidade nos Estados Unidos, que a população americana teria engordado devido ao fato das mulheres estarem se inserindo no mercado de trabalho. A reportagem a qual se refere Louro (1997) faz crítica às mulheres que “abandonaram” seus lares para conquistar a independência financeira, e com isso, não cuidam de seus afazeres domésticos, entre estes, cozinhar para seus filhos e marido, deixando-os à mercê de comidas industrializadas, fazendo com que estes engordem, aumentando assim, o nível de obesidade nos Estados Unidos.

A reportagem citada aborda o tema como se fosse uma notícia inocente, mas que remete a um machismo eurocentrista que atribui as mazelas negativas da sociedade à mulher, como se fosse exclusiva e de inteira responsabilidade da mulher, servir, cuidar de casa e da família, sempre deixando ela em um patamar de desigualdade com relação ao gênero masculino em inúmeras situações. Estas afirmativas de Louro (1997) nos remetem a entender os discursos sociais que colocam as mulheres em situação de desigualdade e relação aos homens. Tais binarismos podem afetar o acesso e permanência das estudantes negras do IEAA no ensino superior, já que tais discursos produzem a cultura machista vivenciada nestes processos formativos.

Outras falas das entrevistadas mostram que situações de culpabilização também têm acontecido com as mesmas em virtude da escolha de serem estudantes no IEAA, o que indica situações desagradáveis de preconceito de gênero em relação às discentes mulheres negras no IEAA. As mesmas relataram que vivenciaram momentos em que alunos e professores do

IEAA “sugeriram” que estas eram incapazes de fazerem determinadas atividades acadêmicas por serem mulheres, ou menosprezaram o direito e a capacidade das mesmas por estarem inseridas em um curso de exatas que, segundo a cultura machista ocidentalizada presente nos relatos das entrevistadas, seria um curso destinado a homens, ou que homens se sairiam melhor em determinadas áreas do conhecimento.

De alguma forma estas mulheres acabam sendo motivadas a negarem suas identidades, de maneira que sentem-se menosprezadas por assumirem o gênero feminino e identidade étnico racial, isso implica em um processo de enfrentamento e resistência nos quais, a maioria da mulheres não conseguem subverter. A subversão a estas formas de exclusão e preconceito seria, talvez, a forma de afirmarem-se, emponderarem-se como mulher, estudante e negra. Isso traz uma relação com o fato das mulheres se declararem, mas não utilizarem a da cota perante a universidade, pois assim, segundo o que se percebe na fala das entrevistadas, que as cotas dão uma ideia de que não são capazes ou iguais aos demais candidatos às vagas, por isso a preferência pela ampla concorrência. Os negros estão sempre em cursos de menos prestígio e concorrência, por serem de baixa condição socioeconômica e “a escolha da carreira é uma decisão que está ligada à origem social do estudante” (QUEIROZ, 2004, p. 102).

Também foi percebido nos dados estudados que as mulheres são maioria nos cursos de licenciatura do IEAA. Segundo o que falam as entrevistadas, a maioria delas escolheram os cursos por influência familiar, e outras que fizeram suas escolhas diante de resistências de suas famílias, que entendiam que determinados cursos não eram/são apropriados para mulheres. Segundo Louro (1997), esta construção social que inferioriza a mulher em determinados campos de formação e atuação laboral e profissional tem sido impregnado pela cultura machista.

Mesmo as mulheres autodeclaradas negras sendo a maioria no IEAA, estas fazem pouco uso das cotas disponibilizadas pelas políticas públicas, talvez por todas as problemáticas discutidas aqui sobre o papel construído para a mulher na sociedade; que as deixam em situações inferiorizadas não as permitindo, inclusive escolherem os cursos os quais pretendem se formar, raros algumas exceções, ou mesmo quando escolhem, são discriminadas nos âmbitos de formação. Apesar de tais apontamentos,

Dados estatísticos atuais, no entanto, apontam que as mulheres brasileiras apresentam níveis de escolaridade média mais elevados que os dos homens e que as meninas vêm-se saindo melhor que os meninos em todos os níveis de ensino. Apontam, também, que elas iniciam os estudos mais cedo, sofrem menor número de reprovações e abandonaram menos a escola (LOURO, 2013, p. 22).

Embora as afirmativas de Louro (2013) apontam para o destaque feminino nos aspectos formativos escolares, os relatos das entrevistadas apontam para questões de preconceito racial e de gênero no IEAA, o que pode incorrer em reprovações e notas abaixo da média esperada por parte das estudantes negras. Os relatos mostram que algumas mulheres negras/estudantes não recebem a mesma atenção e respeito por parte de seus professores em sala, como percebem a atenção dada aos colegas homens, fazendo com que se sintam discriminadas pelo fato de serem mulheres e negras em determinados cursos. Buscamos apoio em Coll (2004, p. 397), ao se referir aos processos de aprendizagem, para afirmar que “o estereótipo habitual é que essas pessoas já não tem idade para aprender e, como acontece muito frequentemente, nesse estereótipo está contida uma profecia que se auto-realiza, pois, ao supor que não têm capacidade para aprender, é provável que a pessoa se envolva menos em atividades de aprendizagem”

O autor aponta para uma grave situação de estereotipar alguém pela sua a idade cronológica, uma vez que homens e mulheres são capazes de aprender e desenvolverem suas capacidades cognitivas, independentemente do gênero, da raça, cor e idade, apesar das diferenças subjetivas que possam ocorrer no processo. O que está em jogo não é a capacidade posta nas diferenças etária, de raça ou de gênero, mas as diferenças individuais próprias de cada sujeito. O que é levantando por Coll (2004), é que há uma leve diminuição na velocidade do raciocínio, e não em sua capacidade, independente da posição social e ou cultural em que os sujeitos estão inseridos. Isso nos leva a refletir sobre a narrativa de EN5 a respeito de um pré-julgamento sofrido no IEAA:

Sinto preconceito com a questão de idade, por que alguns professores da UFAM eles gostam de se aparecer um pouco, então, geralmente, eles pegam as novinhas que tiram notas boas para fazerem os projetos, como PIBIC, para fazer aquilo, e as outras ficam para trás, por que eles pensam que as alunas que tem mais idade não tem capacidade, eles não dão muito valor para as pessoas que tem mais idade (EN5).

A fala de EN5 remete a afirmação de que “[...] Os pretos ingressam mais tardiamente no ensino superior [...]. A evidência de ingresso tardio para maior parcela de mulatos e pretos indica que eles cumprem sua escolarização básica em condições menos favoráveis que brancos” (QUEIROZ, 2004, p. 76), porém essa questão não se aplica a capacidade intelectual do sujeito. Podemos perceber a afirmação de Queiroz (2004) nos relatos de EN5, bem como na observação do espaço universitário do IEAA, onde percebe-se poucos negros e negras ocupando esse espaço (nos referimos aos espaço físico), os poucos encontrados, perceptivelmente, estão em faixa etária jovem, a mulher negra, porém, são as que aparentam

idade mais avançada em relação aos demais estudantes. A citação acima talvez justifique o acesso tardio das mulheres negras no espaço universitário.

Das mulheres que acessaram IEAA entre 2006 e 2018, uma grande parcela evadiram-se, cabe mencionar que os motivos não foram pesquisados junto à estas mulheres evadidas, uma vez que não era objetivo neste momento da pesquisa, porém, em meio as leituras sobre o assunto foi possível perceber que muitas das evasões de mulheres negras dos cursos universitários carregam justificativas históricas de colonização e da construção social feminina. As mulheres ainda encontram resistência para permanecerem no ensino superior até o final do curso, embora são várias justificativas “Esse processo atinge com particular intensidade aqueles estudantes nos quais se associam várias categorias de exclusão, isto é, quando se articulam, por exemplo, características como a classe, a raça, o gênero” (QUEIROZ, 2004, p. 10), ou seja, por mais condições que estas mulheres possam encontrar no ambiente universitário, é necessário apoio para sua permanência.

Ainda assim, há questões que, segundo Queiroz (2004), impedem as mulheres negras de prosseguirem em suas formações superiores. A este respeito, as entrevistadas relataram que no IEAA tem melhorado o incentivo financeiro com relação a permanência dos estudantes na UFAM, e que não veem discriminação na distribuição das bolsas de auxílio econômico da universidade, porém, consideram o auxílio insuficiente para o processo de continuidade na graduação, principalmente as estudantes que são mães ou responsáveis pelo sustento do lar, já que os cursos são diurnos e por isso precisam abrir mão do emprego para estudarem no IEAA.

Cabe lembrar que teve período em que a universidade não possuía recursos financeiros que pudessem dar subsídio básico para a permanência dos estudantes. Também ressalta-se que as mulheres são as que mais prejudicadas devido as responsabilidades a elas atribuídas no cuidado da família. “As lutas e conquistas das mulheres são contínuas, mas elas não se livraram totalmente das relações desiguais de gênero impostas pelos valores da sociedade outrora vigente” (CARDOSO; LEITE, 2018, p. 27). É possível inferir que a jornada a qual a mulher precisar percorrer até alcançar determinados objetivos sempre vai mais além devido às questões impostas a elas. Em se tratando da mulher negra, como se não bastassem ter que superar seus próprios desafios e os de gênero, ainda precisam enfrentar o dilema de pertencimento de raça.

Levando em consideração a trajetória dos negros e negras em busca de sobrevivência e de um lugar de igualdade na sociedade, pois suas lutas têm sido marcadas por muitos obstáculos e discriminações, percebemos que os alunos e alunas autodeclarados negros e negras, apesar de acessarem o nível superior, ainda enfrentam dificuldades para

permanecerem. É como afirma Queiroz (2004, p. 65): “os negros são os menos alfabetizados, mantidos nos patamares mais baixos, sendo muito poucos aqueles que conseguem chegar a universidade” (QUEIROZ, 2004, p. 65), sendo que, sair formado e com ensino superior de qualidade, torna-se ainda mais complicado.

Considerações Finais

Não dar condições de acesso à igualdade para sobreviver decentemente em uma sociedade, muito menos em uma universidade, cujas condições econômicas e outras dificuldades imperam, torna-se o mesmo que os excluírem do processo. E embora saibamos que ainda no Brasil haja leis e cotas que tentam amenizar o prejuízo causado perante toda história que perpassa a construção da trajetória negra, em especial da mulher negra, ainda assim, os danos causados estão longe de serem reparados, até porque os cenários políticos atuais acenam para dias nebulosos na formação pública nos âmbitos universitários, o que pode comprometer ainda mais a presença da mulher negra na universidade.

Essa pesquisa contribuir com a reflexão sobre a presença de mulheres negras na Universidade Federal do Amazonas, Campus Humaitá, considerando as identidades/diferença étnicos, raciais e de gênero postas nas relações em que estão inseridas no âmbito do IEAA, principalmente por esta temática ainda ser pouco discutida no âmbito acadêmico desta instituição de ensino superior, pois em um levantamento inicial a respeito de pesquisas realizadas sobre o tema em Humaitá, não foram localizados qualquer trabalho desenvolvido no IEAA no acervo da biblioteca do instituto.

Vale ressaltar que durante o processo colonizatório brasileiro os negros foram sido massacrados, vendidos como escravos, sendo vistos como pessoas subalternas, inferiores aos demais colonizadores europeus. Situações de preconceito se estendem até os dias atuais, onde a população afrodescendente sofre todo tipo de barbárie (racismo, assassinatos, discriminação e outros em função da cor da pele), sendo tudo isso ‘justificado’ pela herança cultural colonizatória que a escravizou e a tirou da condição paritária social.

Referências

BAUMAN, Zygmund. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Federal n.º 9.394, de 26/12/1996.

CARDOSO, Paula Ével; LEITE, Lucimar da Luz. Gênero e educação: discutind gênero a partir da disciplina educação para o lar. In: MAIO, Eliane Rose. (Organizadora.) **Gênero e Sexualidade: Interfaces Educativas**. 1º ed. Curitiba: Appris, 2018.

COLL, César. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DANTAS, Carolina Vianna. MATTOS, Hebe. ABREU, Martha. **O Negro no Brasil: Trajetórias e Lutas em Dez Aulas de Histórias**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação, relações de gênero e diversidade sexual**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em: 03 de nov. de 2014.

FELIPE, Jane. Relações de gênero: construindo feminilidades e masculinidades na cultura. In: XAVIER FILHA, Constantina. **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012, páginas 217 a 226.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. FELIPE, Jane. GOELLER, Silvana Vilodre. (organizadoras) **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um Debate Contemporâneo na Educação**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. – 2. ed – Rio de Janeiro: E.P.U, 2013.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e Desigualdade: brancos e negros no ensino superior**. Brasília. Liber. 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhas investigativos II: outros modos de pesquisar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma questão conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis; Vozes, 2013.